



## TRF 6

*Analista Judiciário - Área: Administrativa - Sem Especialidade*

# LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados.....	1
Reconhecimento de tipos e gêneros textuais.....	6
Domínio da ortografia oficial.....	27
Domínio dos mecanismos de coesão textual; emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual.....	33
Emprego de tempos e modos verbais.....	37
Domínio da estrutura morfosintática do período; relações de coordenação entre orações e entre termos da oração; relações de subordinação entre orações e entre termos da oração.....	42
Emprego das classes de palavras.....	48
Emprego dos sinais de pontuação.....	58
Concordância verbal e nominal.....	62
Regência verbal e nominal.....	65
Emprego do sinal indicativo de crase.....	67
Colocação dos pronomes átonos.....	69
Reescrita de frases e parágrafos do texto; substituição de palavras ou de trechos de texto; reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto; reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade.....	72
Significação das palavras.....	74
Questões.....	75
Gabarito.....	80

# ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Ética e moral.....	1
Ética, princípios e valores.....	2
Ética e democracia: exercício da cidadania.....	3
Ética e função pública.....	5
Ética no setor público. Código de ética profissional do serviço público (decreto nº 1.171/1994).....	7
Lei nº 8.112/1990 E alterações. Regime disciplinar (deveres e proibições, acumulação, responsabilidades, penalidades).....	11
Lei nº 8.429/1992. Disposições gerais. Atos de improbidade administrativa.....	55

# SUMÁRIO



Lei nº 12.846/2013 (Lei anticorrupção) .....	69
Lei nº 9.784/1999 (Processo administrativo federal).....	76
Questões .....	87
Gabarito.....	90

## RACIOCÍNIO ANALÍTICO

Raciocínio analítico e argumentação: Uso do senso crítico na argumentação. Tipos de argumentos: falaciosos e apelativos. Comunicação eficiente de argumentos.....	1
Questões .....	11
Gabarito.....	15

## NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS E FUNDAMENTAIS E DE ACESSIBILIDADE

Teoria geral dos direitos fundamentais.....	1
Direitos humanos e direitos fundamentais .....	12
Declaração universal dos direitos humanos.....	13
Agenda 2030 da onu .....	18
Estatuto da pessoa com deficiência (lei nº 13.146/2015).....	25
Normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida (lei nº 10.098/2000) .....	58
Prioridade de atendimento às pessoas com deficiência (lei nº 10.048/2000) .....	64
Questões .....	66
Gabarito.....	71

## NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Noções de organização administrativa: centralização, descentralização, concentração e desconcentração; administração direta e indireta; autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.....	1
Ato administrativo: conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies.....	11
Agentes públicos: legislação pertinente; disposições constitucionais aplicáveis; disposições doutrinárias; conceito; espécies; cargo, emprego e função pública .....	42
Poderes administrativos: hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia; uso e abuso do poder.....	73



Licitação: princípios; contratação direta: dispensa e inexigibilidade; modalidades; tipos; procedimento; legislação pertinente; lei nº 14.133/2021 E suas alterações; decreto nº 11.462/2023 .....	84
Controle da administração pública: controle exercido pela administração pública; controle judicial; controle legislativo .....	200
Responsabilidade civil do estado: responsabilidade civil do estado no direito brasileiro; responsabilidade por ato comissivo do estado; responsabilidade por omissão do estado; requisitos para a demonstração da responsabilidade do estado; causas excludentes e atenuantes da responsabilidade do estado .....	211
Contratos administrativos: legislação pertinente; lei nº 14.133/2021 E suas alterações; lei nº 11.107/2005 E decreto nº 6.017/2007 (Consórcios públicos); disposições doutrinárias; conceito; características; vigência; alterações contratuais; execução, inexecução e rescisão; convênios e instrumentos congêneres .....	218
Desapropriação: conceito, características, fundamentos, requisitos constitucionais, objeto, beneficiários, indenização e seu pagamento, desapropriação indireta e por zona .....	264
Súmulas e jurisprudência vinculante do stf e stj .....	277
Acesso à informação: lei nº 12.527/2011 (Lei de acesso à informação); lei 13.709/2018 (Lei geral de proteção de dados) .....	281
Questões .....	319
Gabarito .....	324

## NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

Constituição da república federativa do brasil de 1988: princípios fundamentais .....	1
Aplicabilidade das normas constitucionais: normas de eficácia plena, contida e limitada; normas programáticas .....	5
Direitos e garantias fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, direitos de nacionalidade, direitos políticos, partidos políticos .....	8
Organização político-administrativa do estado: estado federal brasileiro, união, estados, distrito federal, municípios e territórios .....	26
Administração pública: disposições gerais, servidores públicos .....	39
Poder legislativo: estrutura; funcionamento e atribuições; processo legislativo; fiscalização contábil, financeira e orçamentária; comissões parlamentares de inquérito .....	55
Poder executivo: atribuições e responsabilidades do presidente da república .....	73
Poder judiciário: disposições gerais; órgãos do poder judiciário; organização e competências, conselho nacional de justiça; composição e competências .....	78
Funções essenciais à justiça: ministério público, advocacia pública; defensoria pública .....	99
Questões .....	111
Gabarito .....	115

# SUMÁRIO



# ADMINISTRAÇÃO GERAL E PÚBLICA

A evolução da administração pública e a reforma do estado. Do modelo racional-legal ao paradigma pós-burocrático.....	1
Convergências e diferenças entre a gestão pública e a gestão privada.....	7
Excelência na gestão dos serviços públicos.....	10
Empreendedorismo governamental e novas lideranças no setor público.....	12
Gestão de pessoas. Conceitos e práticas relativas ao servidor público.....	14
Gestão de desempenho.....	19
Comunicação.....	21
Comportamento, clima e cultura organizacional.....	27
Gestão por competências.....	33
Gestão do conhecimento.....	39
Qualidade de vida no trabalho.....	45
Liderança, motivação e satisfação no trabalho.....	47
Recrutamento e seleção de pessoas.....	57
Análise e descrição de cargos.....	65
Educação, treinamento e desenvolvimento. Educação corporativa. Educação a distância. Planejamento, desenvolvimento e objetivos do ensino. Avaliação.....	67
Gestão de conflito.....	70
Gestão organizacional. Planejamento estratégico. Definições de estratégia.....	71
Condições necessárias para se desenvolver a estratégia. Questões-chave em estratégia.....	74
Metas estratégicas e resultados pretendidos.....	76
Indicadores de desempenho.....	77
Gestão de processos. Conceitos da abordagem por processos. Técnicas de mapeamento, análise e melhoria de processos. Construção e mensuração de indicadores de processos.....	83
Ferramentas de análise de cenário interno e externo.....	86
Balanced scorecard.....	94
Gestão de projetos. Elaboração, análise e avaliação de projetos. Principais características dos modelos de gestão de projetos. Projetos e suas etapas. Escritório de projetos.....	95
Gestão de risco.....	96
Processo decisório. O processo racional de solução de problemas. Fatores que afetam a decisão. Tipos de decisões.....	99
Processo de mudança. Mudança organizacional, forças internas e externas, o papel do agente e métodos de mudança.....	108
Características das organizações formais modernas. Tipos de estrutura organizacional, natureza, finalidades e critérios de departamentalização.....	116
Questões.....	120
Gabarito.....	124

# SUMÁRIO



# ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS MATERIAIS E PATRIMONIAIS

Noções de administração de material e patrimônio .....	1
O patrimônio das empresas e órgãos públicos .....	31
O patrimônio imobiliário.....	34
Cadastro e registro de bens imóveis (spiu).....	35
O patrimônio mobiliário.....	36
Atividades básicas da administração de material e patrimônio.....	36
Administração patrimonial: noções sobre responsabilidade civil e administrativa .....	37
O controle dos materiais e do patrimônio.....	38
A movimentação do patrimônio .....	39
Sistema patrimonial .....	40
Previsão e controle de estoque: planejamento, processos e políticas de administração de estoques; determinação de níveis de estoque, tempo de ressuprimento e estoques de segurança; avaliação de estoques – métodos .....	42
Almoxarifado: funções, princípios e objetivos; controle, registro, conservação e recuperação de material; técnicas de armazenamento; utilização de espaço; segurança ...	45
As compras nas organizações: aquisição dos materiais e do patrimônio .....	49
Arquivamento, recebimento, proteção, conservação e distribuição, classificação, padronização, codificação e inventário .....	50
Análise do valor e alienação.....	51
Gestão, manutenção e conservação dos bens patrimoniais imóveis públicos .....	52
Questões .....	54
Gabarito.....	58

## ORÇAMENTO PÚBLICO

Orçamento público: conceito; técnicas orçamentárias; princípios orçamentários; ciclo orçamentário; processo orçamentário .....	1
O orçamento público no Brasil: sistema de planejamento e de orçamento federal; plano plurianual; diretrizes orçamentárias; orçamento anual; sistema e processo de orçamentação.....	22
Classificações orçamentárias.....	40
Estrutura programática .....	59
Créditos ordinários e adicionais .....	61
Questões .....	62
Gabarito.....	66

# SUMÁRIO



## FINANÇAS PÚBLICAS

Finanças públicas: objetivos, metas, abrangência e definição .....	1
Funções do estado. Financiamento dos gastos públicos, tributação e equidade. ....	3
Função do bem-estar, políticas alocativas, distributivas e de estabilização. ....	11
Tributação. Tipos de tributos. Progressividade. Regressividade e neutralidade.....	20
Federalismo fiscal. ....	29
Déficit público. Conceito. Financiamento do déficit. Sustentabilidade da política fiscal	37
Indicadores financeiros: fundamentos e principais índices e taxas .....	43
Questões .....	57
Gabarito.....	61

## LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Regimento Interno do TRF 6ª Região .....	1
Questões .....	47
Gabarito.....	50

## ATUALIDADES

Tópicos relevantes e atuais de diversas áreas, tais como segurança, transportes, política, economia, sociedade, educação, saúde, cultura, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável e ecologia.....	1
---	---

# SUMÁRIO



## Definição Geral

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas. Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio no texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

## Compreensão de Textos

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender. Compreender um texto é apreender de forma objetiva a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor. Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

## Interpretação de Textos

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

## Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

*FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015  
Português > Compreensão e interpretação de textos*

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



*“A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas.”*



Os conceitos fundamentais da existência humana são ética, moral e condição humana.

A ética é uma área filosófica que estuda princípios morais que moldam o comportamento humano, visando compreender o que é bom e ruim, o que é certo e errado, e como agir em diferentes situações.

A ética descritiva e normativa tem como foco compreender como as pessoas realmente agem e o que consideram moralmente correto. Relatividade moral e absoluto são duas teorias éticas diferentes.

Existem vários princípios éticos, como o utilitarismo, a deontologia, a virtude e a ética do cuidado. Essas teorias propõem diferentes princípios para orientar o comportamento humano, como o utilitarismo, a deontologia, a virtude e a ética do cuidado. Os dilemas éticos são situações complexas em que os princípios éticos podem entrar em conflito, dificultando a determinação de ações moralmente corretas.

A ética profissional possui códigos de ética que estabelecem padrões de comportamento para seus membros, especialmente em áreas como medicina, advocacia e jornalismo. Já a ética ambiental tem como foco a relação entre o ser humano e o meio ambiente, promovendo a responsabilidade e a sustentabilidade. A responsabilidade ética envolve a ideia de que indivíduos e organizações têm a responsabilidade de agir eticamente e considerar o impacto de suas ações na sociedade.

É um campo complexo e com diferentes perspectivas sobre o que é ético em situações específicas. O estudo da ética é fundamental para promover reflexão e decisões morais informadas, ajudando a criar sociedades mais justas e compassivas.

As normas culturais podem variar significativamente, levando a questionamentos sobre o respeito à diversidade cultural, mantendo princípios éticos fundamentais.

Moral é o conjunto de valores e normas que regem a conduta de uma pessoa ou grupo social, influenciados por fatores como religião, cultura, educação e família.

Alguns dos valores morais mais importantes incluem: o respeito à vida, justiça, liberdade, igualdade, honestidade e compaixão. Os valores morais, partilhados pela sociedade, criam um sentido de ordem e coesão social.

A condição humana é o conjunto de características e atributos que definem o ser humano, determinada por fatores biológicos, psicológicos e sociais. Alguns aspectos importantes da condição humana são a capacidade de pensar, sentir emoções, comunicar, criar e amar.

### **Relação entre elas:**

Ética, moral e condição humana estão interligadas, sendo a ética o estudo dos princípios morais que norteiam a conduta humana, sendo a moral o conjunto de valores e normas que regem essa conduta.

A condição humana é o contexto em que a ética e a moral se desenvolvem. É a nossa capacidade de pensar, sentir, comunicar, criar e amar que nos permite desenvolver valores morais e agir eticamente.

Por exemplo, o valor moral de respeitar a vida baseia-se na nossa capacidade de sentir empatia pelos outros e reconhecer a sua dignidade.

O valor moral da justiça baseia-se no nosso pensamento crítico e na identificação do que é justo e do que é injusto.

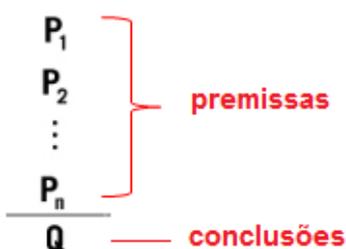
Já o valor moral da liberdade é baseado na nossa capacidade de escolher os nossos próprios caminhos e viver de acordo com os nossos valores.

A ética e a moral são fundamentais para a vida humana, ajudando-nos a viver de maneira harmoniosa e justa em sociedade, além de realizar nosso potencial como seres humanos.



## LÓGICA DE ARGUMENTAÇÃO

Um argumento refere-se à declaração de que um conjunto de proposições iniciais leva a outra proposição final, que é uma consequência das primeiras. Em outras palavras, um argumento é a relação que conecta um conjunto de proposições, denotadas como  $P_1, P_2, \dots, P_n$ , conhecidas como premissas do argumento, a uma proposição  $Q$ , que é chamada de conclusão do argumento.



Exemplo:

$P_1$ : Todos os cientistas são loucos.

$P_2$ : Martiniano é louco.

$Q$ : Martiniano é um cientista.

O exemplo fornecido pode ser denominado de Silogismo, que é um argumento formado por duas premissas e uma conclusão.

Quando se trata de argumentos lógicos, nosso interesse reside em determinar se eles são válidos ou inválidos. Portanto, vamos entender o que significa um argumento válido e um argumento inválido.

### Argumentos Válidos

Um argumento é considerado válido, ou legítimo, quando a conclusão decorre necessariamente das propostas apresentadas.

Exemplo de silogismo:

$P_1$ : Todos os homens são pássaros.

$P_2$ : Nenhum pássaro é animal.

$C$ : Logo, nenhum homem é animal.

Este exemplo demonstra um argumento logicamente estruturado e, por isso, válido. Entretanto, isso não implica na verdade das premissas ou da conclusão.

Importante enfatizar que a classificação de avaliação de um argumento é a sua estrutura lógica, e não o teor de suas propostas ou conclusões. Se a estrutura for formulada corretamente, o argumento é considerado válido, independentemente da veracidade das propostas ou das conclusões.



## Noções De Direitos Humanos E Fundamentais E De Acessibilidade

A teoria geral dos direitos humanos compreende os elementos basilares acerca do estudo dos direitos humanos internacionais.

Apresenta temas como conceito, histórico, características e outros pontos elementares para o conhecimento da disciplina.

### Sistema Internacional dos Direitos Humanos

A luta do homem pela efetivação de direitos humanos fundamentais existiu em muitos períodos da história da humanidade, sendo resultado das inquietações do ser humano e de seus processos de luta por reconhecimento.

Na esfera interna dos Estados a efetivação e positivação dos direitos humanos coincide com o advento do constitucionalismo moderno em seu mister de limitar o arbítrio estatal e de garantir a tutela dos direitos do homem.

No campo internacional a existência de um sistema de normas e mecanismos de tutela dos direitos humanos apresenta como marco histórico o pós-segunda guerra mundial, a partir da criação da Organização das Nações Unidas. Destaca-se como precedentes desse processo de internacionalização, a criação da Liga das Nações, a Organização Internacional do Trabalho e o Direito Humanitário.

### Precedentes históricos

Direito humanitário: conjunto de normas e medidas que disciplinam a proteção dos direitos humanos em tempo de guerra (1863). Direito humanitário versa sobre a proteção às vítimas de conflitos armados, atua também em situações de graves calamidades.

Criação da liga das nações (1919): antecessora da ONU, a liga das nações foi criada após a 1ª guerra mundial com o escopo de garantir a paz no mundo. Sua proposta falhou pois não foi apta a impedir a ocorrência da 2ª guerra mundial.

Criação da OIT (1919): criada após a 1ª guerra mundial com o escopo de promover a tutela dos direitos dos trabalhadores por meio da garantia de padrões internacionais de proteção.

Ao dispor sobre os antecedentes históricos Flavia Piovesan dispõe:

*Ao lado do Direito Humanitário e da Liga das Nações, a Organização Internacional do Trabalho (International Labour Office, agora denominada International Labour Organization) também contribuiu para o processo de internacionalização dos direitos humanos. Criada após a Primeira Guerra Mundial, a Organização Internacional do Trabalho tinha por finalidade promover padrões internacionais de condições de trabalho e bem-estar. Sesenta anos após a sua criação, a Organização já contava com mais de uma centena de Convenções internacionais promulgadas, às quais Estados-partes passavam a aderir, comprometendo-se a assegurar um padrão justo e digno nas condições de trabalho.*

A Organização Internacional do Trabalho e o Direito Humanitário ainda atuam na tutela dos direitos humanos.

### Histórico do sistema internacional dos direitos humanos

O sistema internacional de direitos humanos é fruto do pós 2ª guerra mundial e surge como decorrência dos horrores praticados na guerra. A desvalorização e reificação da pessoa humana faz emergir a necessidade de construção de uma nova lógica ao Direito, pautada em um sistema de valores éticos e morais, no qual a pessoa humana seja o fim e não um meio.



### **Administração direta e indireta**

A princípio, infere-se que Administração Direta é correspondente aos órgãos que compõem a estrutura das pessoas federativas que executam a atividade administrativa de maneira centralizada. O vocábulo “Administração Direta” possui sentido abrangente vindo a compreender todos os órgãos e agentes dos entes federados, tanto os que fazem parte do Poder Executivo, do Poder Legislativo ou do Poder Judiciário, que são os responsáveis por praticar a atividade administrativa de maneira centralizada.

Já a Administração Indireta, é equivalente às pessoas jurídicas criadas pelos entes federados, que possuem ligação com as Administrações Diretas, cujo fulcro é praticar a função administrativa de maneira descentralizada.

Tendo o Estado a convicção de que atividades podem ser exercidas de forma mais eficaz por entidade autônoma e com personalidade jurídica própria, o Estado transfere tais atribuições a particulares e, ainda pode criar outras pessoas jurídicas, de direito público ou de direito privado para esta finalidade. Optando pela segunda opção, as novas entidades passarão a compor a Administração Indireta do ente que as criou e, por possuírem como destino a execução especializado de certas atividades, são consideradas como sendo manifestação da descentralização por serviço, funcional ou técnica, de modo geral.

A Administração Direta é composta pelos órgãos que fazem parte da estrutura central da União, ou seja, não possuem personalidade jurídica própria e estão subordinados diretamente à autoridade central do Poder Executivo (Presidência da República). Esses órgãos são incumbidos de funções executivas típicas, como a formulação e execução de políticas públicas e a gestão de serviços públicos.

Os principais órgãos da **Administração Direta da União** incluem:

- **Presidência da República:** órgão máximo do Poder Executivo federal.
- **Ministérios:** estruturas responsáveis por setores específicos da Administração Pública (como Ministério da Saúde, Ministério da Educação etc.).
- **Secretarias e Departamentos:** subordinados aos Ministérios, desempenhando funções especializadas em áreas de atuação mais restritas.

Esses órgãos não possuem patrimônio próprio, sendo sustentados pelo patrimônio da União e atuando em nome do ente federado, com base em suas competências constitucionais.

A **Administração Indireta** é formada por entidades que, embora criadas ou autorizadas pela União, possuem personalidade jurídica própria e autonomia administrativa. Sua criação geralmente ocorre por lei específica, que define suas funções, competências e a forma de controle por parte da Administração Direta. As entidades da Administração Indireta incluem:

- **Autarquias:** entidades autônomas, com personalidade jurídica de direito público e funções administrativas descentralizadas, como o INSS e a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL).
- **Fundações Públicas:** entidades dotadas de patrimônio próprio, criadas por lei para a realização de atividades de interesse público, como a Fundação Nacional do Índio (FUNAI).
- **Empresas Públicas:** entidades com personalidade jurídica de direito privado, criadas para desempenhar atividades econômicas ou prestar serviços públicos, como a Caixa Econômica Federal.



### — Estado Federal Brasileiro

São elementos do Estado a soberania, a finalidade, o povo e o território. Assim, Dalmo de Abreu Dallari (apud Lenza, 2019, p. 719) define Estado como “a ordem jurídica soberana que tem por fim o bem comum de um povo situado em determinado território”.

– **Soberania:** é o poder político supremo e independente que o Estado detém consistente na capacidade para editar e reger suas próprias normas e seu ordenamento jurídico.

– **Finalidade:** consiste no objetivo maior do Estado que é o bem comum, conjunto de condições para o desenvolvimento integral da pessoa humana.

– **Povo:** é o conjunto de indivíduos, em regra, com um objetivo comum, ligados a um determinado território pelo vínculo da nacionalidade.

– **Território:** é o espaço físico dentro do qual o Estado exerce seu poder e sua soberania. Onde o povo se estabelece e se organiza com ânimo de permanência.

A Constituição de 1988 adotou a **forma republicana** de governo, o **sistema presidencialista** de governo e a **forma federativa de Estado**. Note tratar-se de três definições distintas.

### República Federativa do Brasil:

– **Forma de Estado:** Federação.

– **Forma de Governo:** República.

– **Regime de Governo:** Democrático.

– **Sistema de Governo:** Presidencialismo.

O **federalismo** é a forma de Estado marcado essencialmente pela união indissolúvel dos entes federativos, ou seja, pela impossibilidade de secessão, separação. São entes da federação brasileira:

– A União;

– Os Estados-Membros;

– O Distrito Federal e os Municípios.

Brasília é a capital federal e o Estado brasileiro é considerado laico, mantendo uma posição de neutralidade em matéria religiosa, admitindo o culto de todas as religiões, sem qualquer intervenção.

### Estado Democrático de Direito

O Estado brasileiro é **democrático** porque é regido por normas democráticas, pela soberania da vontade popular, com eleições livres, periódicas e pelo povo, e de **direito** porque pauta-se pelo respeito das autoridades públicas aos direitos e garantias fundamentais, refletindo a afirmação dos direitos humanos.



## — Introdução

A administração pública brasileira passou por profundas transformações ao longo dos séculos, refletindo as mudanças políticas, econômicas e sociais do país. Desde o período colonial, a forma como o Estado organiza e administra seus recursos e serviços evoluiu significativamente, movendo-se por diferentes modelos de gestão que visavam responder às demandas e desafios de cada época. Entender essa evolução é crucial para compreender as dinâmicas atuais da gestão pública no Brasil e identificar os desafios e oportunidades para futuras reformas.

Historicamente, a administração pública no Brasil pode ser classificada em três grandes modelos de gestão: o patrimonialista, o burocrático e o gerencial. Cada um desses modelos surgiu em resposta a contextos específicos e trouxe consigo novas práticas e paradigmas de administração.

A trajetória da administração pública no Brasil é marcada por constantes esforços de reforma e modernização, buscando superar as ineficiências e promover um serviço público que atenda melhor às necessidades da sociedade. Analisar essa evolução permite não apenas entender os avanços alcançados, mas também identificar os resquícios de práticas antigas que ainda desafiam a gestão pública contemporânea.

Com a base histórica estabelecida, vamos explorar detalhadamente cada um desses modelos de gestão e as principais reformas que marcaram a administração pública brasileira ao longo do tempo.

## — Modelos de Gestão: Patrimonialismo, Burocracia e Gerencialismo

A evolução da administração pública no Brasil pode ser compreendida por meio da análise de três grandes modelos de gestão: o patrimonialista, o burocrático e o gerencial. Esses modelos refletem diferentes períodos históricos e concepções sobre a organização e funcionamento do Estado.

A seguir, exploramos cada um desses modelos em detalhes, destacando suas características, contextos históricos e impactos na administração pública brasileira.

### Modelo Patrimonialista

O modelo patrimonialista foi o primeiro sistema de gestão pública implementado no Brasil, prevalecendo desde o período colonial até o início do século XX. Esse modelo é caracterizado pela ausência de distinção entre o patrimônio público e o privado, com uma administração baseada em práticas tradicionais e pessoais, onde o Estado é visto como uma extensão dos interesses particulares do governante e de sua elite.

#### Características Principais

- **Confusão entre o Público e o Privado:**

No modelo patrimonialista, não havia uma clara separação entre os bens do Estado e os bens pessoais dos governantes. Os recursos públicos eram frequentemente usados para fins privados, beneficiando diretamente os detentores do poder e seus aliados. Essa prática gerava um ambiente propício para a corrupção e o desvio de recursos públicos.

- **Clientelismo e Nepotismo:**

A administração patrimonialista se baseava na troca de favores e na lealdade pessoal. Os cargos públicos eram distribuídos entre amigos, familiares e apoiadores políticos do governante, sem considerar a competência ou o mérito dos indivíduos. Esse sistema reforçava a dependência dos cidadãos em relação aos líderes locais e perpetuava um ciclo de lealdade e favores pessoais.



A administração de recursos materiais, patrimoniais e logística é um dos pilares fundamentais da gestão empresarial moderna. A logística é um conceito amplo que se refere à gestão dos fluxos de materiais e informações em uma empresa, visando a maximização da eficiência, redução de custos e aumento da satisfação dos clientes.

Os componentes da logística incluem o planejamento e controle de produção, gestão de estoques, transporte, armazenamento e distribuição dos produtos. Cada um desses componentes desempenha um papel importante na eficácia geral da logística de uma empresa.

O planejamento e controle de produção envolve a determinação das quantidades de produtos a serem produzidos e quando devem ser produzidos, a fim de atender às demandas do mercado. A gestão de estoques é responsável pelo gerenciamento dos níveis de estoque, garantindo que os produtos estejam disponíveis quando necessário, sem excesso de estoque que possa levar a custos desnecessários.

O transporte envolve a movimentação dos produtos da fábrica para o depósito ou para os clientes, garantindo que sejam entregues com eficiência e no prazo. O armazenamento é responsável pelo gerenciamento dos locais de armazenamento de produtos, garantindo que os produtos estejam em condições adequadas e seguras.

A distribuição envolve a entrega dos produtos aos clientes finais, incluindo a gestão dos processos de embalagem, etiquetagem e rastreamento dos produtos. Todos esses componentes da logística devem ser gerenciados de maneira integrada e eficiente para que a empresa possa atingir seus objetivos de negócios.

Em resumo, a administração de recursos materiais, patrimoniais e logística é uma parte essencial da gestão empresarial moderna. Os componentes da logística são fundamentais para a eficácia da empresa, garantindo que os produtos sejam produzidos e entregues com eficiência, reduzindo custos e aumentando a satisfação do cliente.

### Organização do setor de compras

O Setor de Compras se organiza conforme uma estrutura formada, basicamente, por quatro divisões principais, sendo elas:

**Planejamento:** ponto de partida para que as ações do setor de compras sejam bem sucedidas, envolve, sequencialmente, definição da política interna da empresa: determinação das normas de conduta e de controle dos departamentos interno e qualificação dos empregados para colocarem essa política em prática na sua atuação dentro da organização; definição, com base nas responsabilidades do setor, das metas do setor de compras, que devem abranger as seguintes ações e conceitos:

- Aquisição de mercadorias e serviços em grau de qualidade e quantidade precisas.
- Pesquisa de mercado para garantir menor custo na compra, mantendo o do padrão de qualidade determinado.
- Localização de fornecedores confiáveis e construção de uma parceria propícia
- Controle dos processos internos para exercer a interação com os fornecedores e a gestão dos recursos.
- Estabelecimento de responsabilidades e funções, como quem será o encarregado por especificar as compras, eleição do fornecedor, negociação das condições, emissão dos pedidos de compra, etc.

### Gestão de fornecedores

• **Gerenciamento e central de risco de fornecedores:** assegurar que falhas e conflitos no processo de conformidade com as normas internas e externas da organização (*Compliance*) não acarretem quaisquer prejuízos, prevendo e identificando possíveis riscos (matriz de riscos).



## Princípios Orçamentários<sup>1</sup>

Desde seus primórdios, a instituição orçamentária foi cercada de uma série de regras com a finalidade de aumentar-lhe a consistência no cumprimento de sua principal finalidade: auxiliar o controle parlamentar sobre os Executivos. Essas regras ou princípios receberam grande ênfase na fase que os orçamentos possuíam grande conotação jurídica, chegando alguns incorporados na corrente legislação: basicamente na Constituição, na Lei 4.320/64 e nas Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDOs). Os princípios orçamentários são premissas a serem observadas na concepção da proposta orçamentária.

**- Unidade:** o orçamento deve ser uno, ou seja, deve existir apenas um orçamento para dado exercício financeiro. Dessa forma integrado, é possível obter eficazmente um retrato geral das finanças públicas e, o mais importante, permite-se ao Poder Legislativo o controle racional e direto das operações financeiras de responsabilidade do Executivo.

São evidências do cumprimento deste princípio, o fato de que apenas um único orçamento é examinado, aprovado e homologado. Além disso, tem-se um caixa único e uma única contabilidade.

O princípio da unidade é respaldado legalmente por meio do Art. 2º da Lei 4.320/64 e pelo §5º do art. 165 da CF 88.

Mas mesmo assim, o princípio clássico da unidade não estava, na verdade, sendo observado. As dificuldades começaram antes da Constituição de 88 em razão da própria evolução do sistema orçamentário brasileiro. Na década de 80, havia um convívio simultâneo com três orçamentos distintos, o orçamento fiscal, o orçamento monetário e o orçamento das estatais. Não ocorria nenhuma consolidação entre os mesmos.

Na verdade, o art.62, da Constituição de 1967, emendada, limitava o alcance de sua aplicação, ao excluir expressamente do orçamento anual as entidades que não recebessem subvenções ou transferências à conta do orçamento (exemplo: Banco do Brasil - exceto se houver integralização de capital pela União).

No seu §1º, estabelecia que a inclusão, no orçamento anual, da despesa e da receita dos órgãos da administração indireta será feita em dotações globais e não lhes prejudicará a autonomia na gestão legal dos seus recursos.

O orçamento Fiscal era sempre equilibrado e era aprovado pelo Legislativo. O orçamento monetário e o das Empresas Estatais eram deficitários e sem controle e, além do mais, não eram votados. Ora, como o déficit público e os subsídios mais importantes estavam no orçamento monetário, o Legislativo encontrava-se, praticamente, alijado das decisões mais relevantes em relação à política fiscal e monetária da Nação.

**- Totalidade:** coube à doutrina tratar de reconceituar o princípio da unidade de forma que abrangesse as novas situações. Surgiu, então, o princípio da totalidade, que possibilitava a coexistência de múltiplos orçamentos que, entretanto, devem sofrer consolidação, de forma a permitir uma visão geral do conjunto das finanças públicas.

A Constituição de 1988 trouxe melhor entendimento para a questão ao precisar a composição do orçamento anual que passará a ser integrado pelas seguintes partes: a) orçamento fiscal; b) orçamento da seguridade social e c) orçamento de investimentos das estatais. Este modelo, em linhas gerais segue o princípio da totalidade.

1 <http://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/cidadao/entenda/cursopo/principios.html>



### **Introdução às Finanças Públicas**

As finanças públicas são um campo essencial da economia que se refere à administração dos recursos financeiros do Estado. Seu objetivo é garantir o equilíbrio entre as necessidades da sociedade e a capacidade do governo de arrecadar e alocar recursos para atender a essas demandas. Em outras palavras, trata-se do estudo de como o governo obtém receitas (principalmente por meio de impostos) e as utiliza para financiar serviços e bens públicos, como educação, saúde, segurança e infraestrutura.

O papel do Estado na gestão financeira vai além de simples arrecadação e gasto. Ele envolve também a formulação de políticas fiscais e econômicas que busquem promover o bem-estar social e o crescimento econômico sustentável. Nesse contexto, o estudo das finanças públicas é vital para entender como as políticas governamentais impactam diretamente a economia e a qualidade de vida da população. A eficiência na administração desses recursos é crucial para evitar déficits excessivos, controlar a inflação e garantir a estabilidade financeira.

### **Objetivos das Finanças Públicas**

As finanças públicas têm três grandes objetivos principais, que refletem as funções econômicas do Estado: alocação de recursos, distribuição de renda e estabilização da economia.

- **Alocação de Recursos:** O governo atua para corrigir falhas de mercado, como a provisão de bens públicos que não seriam ofertados de forma eficiente pela iniciativa privada, como a defesa nacional e a segurança pública. O objetivo aqui é garantir que os recursos sejam utilizados de maneira a maximizar o bem-estar social.

- **Distribuição de Renda:** As finanças públicas desempenham um papel crucial na redistribuição de renda. Por meio de políticas tributárias e programas sociais, o governo busca reduzir as desigualdades econômicas e proporcionar maior equidade entre os cidadãos. Impostos progressivos e transferências diretas de renda são exemplos de instrumentos utilizados para esse fim.

- **Estabilização Econômica:** A estabilidade macroeconômica é outro objetivo fundamental. O governo deve utilizar suas ferramentas fiscais, como a arrecadação e o controle dos gastos, para evitar oscilações econômicas bruscas, controlar a inflação, e promover o crescimento econômico estável. A política fiscal expansionista, por exemplo, pode ser utilizada para combater recessões, enquanto a política fiscal contracionista visa controlar períodos de inflação excessiva.

Além dessas três funções clássicas, há também o objetivo de fomentar o desenvolvimento econômico, criando um ambiente favorável para o investimento e a geração de empregos.

### **Metas das Finanças Públicas**

As metas das finanças públicas estão diretamente ligadas aos objetivos que visam alcançar a sustentabilidade econômica e o bem-estar da sociedade. Entre as principais metas, podemos destacar:

- **Sustentabilidade Fiscal e Equilíbrio Orçamentário:** O equilíbrio entre receita e despesa é uma meta crucial para garantir a saúde financeira do governo. Déficits elevados e persistentes podem gerar problemas como aumento da dívida pública e descontrole da inflação. A busca pela sustentabilidade fiscal envolve adotar medidas que mantenham os gastos públicos dentro de um limite responsável, sem comprometer a capacidade de financiamento futuro.

- **Crescimento Econômico e Geração de Emprego:** As políticas fiscais devem ser direcionadas para estimular o crescimento da economia. Investimentos em infraestrutura, incentivos fiscais para empresas e programas de qualificação profissional são formas de estimular o mercado de trabalho e fomentar o desenvolvimento econômico a longo prazo.



O Regimento Interno do Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF6) é um instrumento normativo que define a estrutura, a organização e o funcionamento desse Tribunal, estabelecendo as regras que orientam tanto suas atividades jurisdicionais quanto administrativas. O TRF6 foi instituído pela Lei nº 14.226/2021 e tem sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, sendo o órgão responsável pela jurisdição federal no estado, tornando-se o mais novo Tribunal da Justiça Federal Brasileira.

O regimento, como um código normativo interno, tem por objetivo disciplinar o pleno exercício das funções do TRF6, com foco na administração da justiça de forma eficiente, transparente e organizada. Esse documento está dividido em diversas partes e capítulos que abrangem a composição do tribunal, a definição de competências, o funcionamento dos órgãos judiciais e administrativos, além de dispor sobre as atribuições de magistrados e servidores.

### **Composição e Estrutura do Tribunal**

A composição do Tribunal Regional Federal da 6ª Região é constituída por dezoito desembargadores federais, conforme estabelecido no artigo 1º do regimento. Desse total, catorze são oriundos da carreira da magistratura federal, dois são advogados indicados com base no quinto constitucional, e outros dois são membros do Ministério Público Federal, nomeados de acordo com as normas constitucionais vigentes. Essa diversidade de origem dos desembargadores busca assegurar um equilíbrio nas decisões judiciais, refletindo a pluralidade de experiências e visões dentro do colegiado.

O Tribunal é composto por diversos órgãos, como o Plenário, as Seções, as Turmas, a Presidência, a VicePresidência e a Corregedoria Regional, além do Conselho de Administração, que desempenham funções específicas no âmbito da organização e deliberação interna do TRF6. O Plenário, por exemplo, é formado por todos os desembargadores e é o órgão máximo de deliberação, responsável por julgar questões de grande relevância, como ações rescisórias e mandados de segurança, e por processar magistrados em crimes de responsabilidade. Já as Seções e as Turmas são organizadas por matérias, dividindo os casos conforme a especialização em áreas como previdência social, direito penal, direito tributário, administrativo e comercial.

### **Competências e Atribuições dos Órgãos**

A divisão de competências dentro do TRF6 é um dos aspectos centrais do regimento. O tribunal é dividido em duas Seções especializadas, conforme o tipo de matéria a ser julgada. A Primeira Seção é dedicada a matérias de previdência social, benefícios assistenciais, improbidade administrativa, além de questões relacionadas a servidores públicos e concursos públicos. Já a Segunda Seção concentra-se nas matérias de direito tributário, financeiro, conselhos profissionais, bem como em questões civis e comerciais, não incluídas na competência da Primeira Seção.

Cada Seção é composta por duas Turmas, e os desembargadores são distribuídos conforme as especializações definidas no regimento. Essas Turmas têm a competência para julgar, em grau de recurso, as causas originadas nos juízos de primeira instância. As Turmas são dirigidas por um presidente, que exerce a função por um mandato determinado, conforme o sistema de rodízio estabelecido.

O Plenário Judicial e o Plenário Administrativo desempenham papéis distintos no âmbito do Tribunal. O Plenário Judicial é responsável por julgar ações de grande importância, como habeas corpus, mandados de segurança contra atos de autoridades do próprio tribunal, bem como ações de competência originária. Já o Plenário Administrativo tem a função de decidir sobre a administração do Tribunal, incluindo a eleição dos seus dirigentes, a organização dos concursos para a magistratura federal e a deliberação sobre alterações no próprio Regimento Interno.



## BRASIL

### HISTÓRIA DO BRASIL

Na História do Brasil, estão relacionados todos os assuntos referentes à história do país. Sendo assim, o estudo e o ensino de História do Brasil abordam acontecimentos que se passaram no espaço geográfico brasileiro ou que interferiram diretamente em nosso país.

Portanto, os povos pré-colombianos que habitavam o território que hoje corresponde ao Brasil antes da chegada dos portugueses fazem parte da história de nosso país. Isso é importante de ser mencionado porque muitas pessoas consideram que a história brasileira iniciou-se com a chegada dos portugueses, em 1500.

*Nossa história é marcada pela diversidade em sua formação, decorrente dos muitos povos que aqui chegaram para desbravar e conquistar nossas terras.*

*Esse processo de colonização e formação de uma nova sociedade se deu através de muitos movimentos e manifestações, sempre envolvendo interesses e aspectos sociais, políticos e econômicos.*

*Movimentos esses que estão entrelaçados entre si, em função dos fatores que os originavam e dos interesses que por traz deles se apresentavam.*

*Diante disso, faremos uma abordagem sobre nossa história, desde o tempo da colonização portuguesa, até os dias de hoje, abordando os movimentos que ao longo do tempo foram tecendo as condições para que nosso Brasil apresente hoje essas características políticas-sócio-econômicas.*

Embora os portugueses tenham chegado ao Brasil em 1500, o processo de colonização do nosso país teve início somente em 1530. Nestes trinta primeiros anos, os portugueses enviaram para as terras brasileiras algumas expedições com objetivos de reconhecimento territorial e construção de feitorais para a exploração do pau-brasil. Estes primeiros portugueses que vieram para cá circularam apenas em territórios litorâneos. Ficavam alguns dias ou meses e logo retornavam para Portugal. Como não construíram residências, ou seja, não se fixaram no território, não houve colonização nesta época.

Neste período também ocorreram os primeiros contatos com os indígenas que habitavam o território brasileiro. Os portugueses começaram a usar a mão-de-obra indígena na exploração do pau-brasil. Em troca, ofereciam objetos de pequeno valor que fascinavam os nativos como, por exemplo, espelhos, apitos, chocalhos, etc.

### O início da colonização

Preocupado com a possibilidade real de invasão do Brasil por outras nações (holandeses, ingleses e franceses), o rei de Portugal Dom João III, que ficou conhecido como “o Colonizador”, resolveu enviar ao Brasil, em 1530, a primeira expedição com o objetivo de colonizar o litoral brasileiro. Povoando, protegendo e desenvolvendo a colônia, seria mais difícil de perdê-la para outros países. Assim, chegou ao Brasil a expedição chefiada por Martim Afonso de Souza com as funções de estabelecer núcleos de povoamento no litoral, explorar metais preciosos e proteger o território de invasores. Teve início assim a efetiva colonização do Brasil.

Nomeado capitão-mor pelo rei, cabia também à Martim Afonso de Souza nomear funcionários e distribuir sesmarias (lotes de terras) à portugueses que quisessem participar deste novo empreendimento português.

A colonização do Brasil teve início em 1530 e passou por fases (ciclos) relacionadas à exploração, produção e comercialização de um determinado produto.

Vale ressaltar que a colonização do Brasil não foi pacífica, pois teve como características principais a exploração territorial, uso de mão-de-obra escrava (indígena e africana), utilização de violência para conter movimentos sociais e apropriação de terras indígenas.